

## ***Mãe*, de José de Alencar: uma possível leitura sobre o trabalho de seres humanos escravizados no século XIX**

### **RESUMO**

O presente estudo tem como objetivo analisar como são representados os personagens escravos no drama *Mãe* (1860) de José de Alencar. Este trabalho apresenta algumas possíveis implicações dessa representação do feminino para os descendentes de negros após o término da escravidão no país. A análise se dará a partir do viés sociológico e da Análise Dialógica do Discurso – ADD de Bakhtin e o Círculo, buscando entender como o contexto social é referido na construção da protagonista. Como resultado observou-se que os negros não sumiram de cena com a abolição, eles foram afastados para a periferia das cidades e que a representação social não é isenta. Por vezes, essa carga em seu bojo preconceitos que podem impedir que os corpos se transformem e ocupem seu lugar de direito na sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Literatura. Escravidão. Análise do discurso. José de Alencar.

**Angela Maria Rubel Fanini**

[rubel@utfpr.edu.br](mailto:rubel@utfpr.edu.br)

Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, Brasil / Centro Universitário Andrade - Uniandrade, Curitiba, Paraná, Brasil

**Maria Domingos Pereira Ventura**

[mdventura@gmail.com](mailto:mdventura@gmail.com)

Secretaria da Educação do Estado do Paraná, Curitiba, Brasil

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo busca refletir sobre a representação da escrava no drama *Mãe* (1860) de José de Alencar, pensando-a como forma de dominação, manutenção de estruturas sociais, mas também de resistência. O termo escrava não indica condição ontológica, mas significa que seres humanos dotados de razão, história, memória e consciência foram escravizados. Mesmo sob regime econômico e legal que os reificava, permaneciam atuantes e dotados de capacidade de resistência. A escravidão ocorre sempre que um grupo subjuga outro e acompanha a história da humanidade. No Brasil, a escravidão foi introduzida para suprir a necessidade de braços na plantação de cana de açúcar e posteriormente nas demais atividades econômicas do país, “uma vez que os homens livres não eram suficientemente numerosos para suprir a força de trabalho requerida pela plantação, e uma vez que os nativos se mostraram “incompetentes” para o trabalho na fazenda” (COSTA, 1999, p. 174-175). Logicamente que o vocábulo “incompetente” deve ser revisto uma vez que o indígena repudiava, assim como o africano, o trabalho escravo, mas dele conseguia fugir com mais facilidade, pois, diverso do negro, tinha destreza de se locomover em seu habitat natural e evadir-se.

Diferente dos demais regimes de trabalho, no regime escravocrata, o escravo é propriedade de outro, que pode dispor dele como desejar: vender, doar, emprestar, alugar, hipotecar etc. Esse regime esteve presente no país desde meados do século XVI, mas somente aparece com destaque na literatura a partir da segunda metade do século XIX. O século XIX é especial na história do país por acontecimentos como a vinda da família real em 1808, a independência do país em 1822, a abolição da escravidão em 1888 e a proclamação da República em 1889, ou seja, em um século o país sai da condição de colônia portuguesa e chega à República. Durante esse período, muitos interesses em prol do término da escravidão, fizeram com que o negro ficasse em destaque. Havendo a situação histórica real, há discursos sobre ela. Os literatos escrevem sobre a realidade à sua volta e surgem romances, poemas e peças cujo tema é a escravidão indígena e africana.

Mesmo com pressões internacionais lideradas pela Inglaterra e movimentos pró-abolição em luta com as forças a favor da manutenção do sistema, a cessação da escravidão tardou a chegar. Analisando a situação da literatura no país, a partir da promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, os autores nacionais passam a dar visibilidade ao negro. Como nos disse Aguiar (1984), Alencar vive o dilema de seus pares: “O que fazer com a escravidão” e “O que fazer sem ela?”. Para tratar da escravidão doméstica e seus possíveis problemas, Alencar cria um drama, tendo como protagonista uma escrava, o que leva o público a ter diante de seus olhos o que em geral não era visto no teatro.

Obras como essa nos permitem recuperar através do texto de viés literário como era o tratamento dado aos escravos domésticos no século XIX, sobretudo, a partir da personagem que aqui analisamos, Joana. Uma das características do teatro da época era retratar os costumes do período, as contradições e mazelas sociais e, por isso, podemos pensar o teatro alencariano como possível documento histórico de nossa sociedade oitocentista.

Como dito anteriormente, o século XIX foi especial para a história do país. Nele ocorreu o embate de ideologias, o qual, segundo Prado (2004), permitiu que

discursos como a democracia, a situação da mulher e do negro, a construção de uma nação e sua identidade se sedimentassem. A peça analisada nos mostra, mediante a visão alencariana, como vivia e com que se debatia a mulher escrava.

O drama *Mãe*, datado e ambientado na cidade do Rio de Janeiro, apresenta como protagonista uma escrava, Joana, que engravida de um homem branco, enquanto propriedade de outro senhor. Observando mais atentamente a construção da narrativa, observa-se que nos detalhes, Alencar desvela os comportamentos sociais esperados por parte de um escravo, como a docilidade e a submissão de Joana. Todavia, Alencar a retrata como ser humano capaz de raciocínio, planejamento e negociação. Enfatizamos essa questão do escravo agente, pois o literato representa a personagem de modo a vê-la não submetida exclusivamente ao regime escravista. No século XX, década de 60, surgem discursos advindos da História que enfatizam as teorias que veem o escravo como coisa, incapaz de negociar, planejar, pensar etc. Fernando Henrique Cardoso, Otávio Ianni e Florestan Fernandes são, em parte, adeptos dessa visão. Estão vinculados a uma perspectiva de viés econômico, que destaca a despersonalização do escravo ao nível de objeto por causa do sistema que impede a sua ação como pessoa. Obviamente que a perspectiva adotada por esses historiadores é válida ao insistir na perspectiva econômica da escravidão quando o escravo é focalizado em seu ser genérico dentro da estrutura produtiva. Essa visão econômica não deixa margem para tratar dos sujeitos reais e individualizados em situações familiares, sentimentais e de negociação com seus proprietários. Focam no escravo genérico e isso lhes dá uma visão macroscópica. Essa, no entanto, perde de vista o sujeito em suas relações concretas de existência no dia a dia. Já a literatura mostra esses escravos como sujeitos, embora escravizados e submetidos a um regime econômico. Alencar particulariza alguns escravos e os retrata em sua lida cotidiana com a escravidão. A Literatura, difere da Economia, nesse sentido, pois particulariza e conta a saga individual desse sujeito. Essa saga, no entanto, transcende o nível individual, sendo também a saga de um povo, de uma etnia, de um grupo. Na Literatura temos o particular e o geral em dialogia intensa e tensa. Por isso, Joana, embora particularizada, também representa seres genéricos, ou seja, tipos sociais submetidos ao escravismo. Alencar, mais de 100 anos antes dos historiadores citados, vai demonstrar o contrário, ou seja, o dia a dia do escravo e o coloca como sujeito de ação e não só paciente do sistema. O discurso literário trata do homem real em condições concretas de existência onde e quando precisa agir para sobreviver. Na literatura, o escravo surge como alguém que resiste. Apenas na década de 80, na escola unicampista, surgem, com mais vigor e de modo sistemático, discursos dentro do campo da História em que se contesta a tese dos historiadores da década de 60, apresentando o escravo não mais como coisa e sim como agente de seu viver. Perceba-se que na Literatura Brasileira isso ocorre em 1860, na peça em tela. Para tratar da influência do social na representação dos dois personagens recorreremos à Análise Dialógica do Discurso – ADD proposta por Bakhtin e os demais membros do círculo russo.

## 1. BAKHTIN E A LINGUAGEM

Antes de adentrarmos em nossa análise, alguns conceitos devem ser mobilizados. Falar em análise do discurso é mergulhar em possibilidades de estudar o objeto discurso. As correntes mais estudadas são a francesa de Pêcheux,

a de Foucault, e a de Bakhtin e o Círculo. Deter-nos-emos na análise proposta por Bakhtin. A ADD afasta-se da visão sistêmica da língua, percebendo a linguagem enquanto discurso, cuja significação, circulação, capacidade de comunicação ocorre no uso real entre falantes. Ao ser proferido, o discurso vai além dos meros significados dicionarizados das palavras, constituindo-se no contexto - o lugar e o momento da fala, a quem se dirige o locutor e as relações entre os emissores. O discurso, a despeito de usar palavras não originais, nunca é mera reprodução do já dito, alterando-se na dependência do que e para quem falamos e como nos pronunciamos. Bakhtin remete ao discurso bíblico a fim de reforçar sua tese de que não há enunciados primeiros e originais. Cita a passagem de Gênesis em que Adão teria nomeado de modo primeiro as coisas existentes. Somente Adão mítico chegou com a primeira palavra num mundo virgem, ainda não nomeado. Somente ele podia realmente evitar por completo essa mútua orientação dialógica do discurso alheio para o objeto. Nessa remissão, o filósofo russo destaca a impossibilidade de nomear o existente de modo solitário, sem a concussão do outro. Para o discurso humano, concreto e histórico, as enunciações são sempre uma resposta ao meio social (BAKHTIN, 1990, p. 88). Ainda com os teóricos russos:

Toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor. (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 1986, p. 117)

Cada ser humano nasce em um mundo povoado por palavras e desde cedo aprende a delas se utilizar para a comunicação. Parece que todos falamos um código técnico do qual nos apropriamos com mais ou menos acurácia. Porém para o Círculo isso não funciona assim, ou seja, os falantes, ou os que se pronunciam por escrito, selecionam e delimitam a sua fala ou escrita dentro de propósitos éticos, morais e políticos. A linguagem constitui os sujeitos e não é apenas um código igual para todos e que todos podem acessar de um mesmo modo neutro e técnico. A palavra é o signo ideológico por excelência e adquire significado nas relações sociais de embate. A palavra é neutra apenas no dicionário. As palavras formam as frases, que ao serem proferidas se constituem em enunciados e estes não são neutros, estão carregados de posição axiológica de um grupo, um locutor e uma época. Os enunciados respondem a alguém, ou antecipam a resposta a um possível interlocutor. Na peça aqui analisada, Alencar está respondendo a uma dada situação social e pretende ter a resposta ao problema que se apresenta, ou seja, a escravidão enquanto regime econômico e cultural e como a escravidão altera, forma e constitui a cultura e a família brasileiras. Alencar está mergulhado na ideologia do cotidiano em que a vida e os discursos ocorrem vinculados a situações concretas de existência. O termo ideologia do cotidiano é citado por Voloshinov (2009) e entendido enquanto o conjunto de vozes sociais cotidianas não cristalizadas em ideologias oficiais e que se constituem no posicionamento discursivo e ideológico presente no dia a dia dos homens e mulheres em situação concreta de existência.

## 2. A ESCRAVA NO DRAMA *MÃE*

O drama *Mãe*, como o nome diz, trata da maternidade, mas não de qualquer maternidade e sim, da maternidade escrava. Alencar apresenta para a sociedade do século XIX, como protagonista e mãe, uma escrava. Soares, homem livre de poucas posses, engravida a escrava Joana, enquanto esta é propriedade de outro senhor. Ao saber da gravidez da escrava, Soares a compra e a leva para sua casa. Soares morre. Joana e a criança são acolhidas pelo padrinho da criança, Dr. Lima, médico de poucas posses. Jorge cresce sem saber que Joana é sua mãe e imagina que suas despesas sejam supridas por uma mãe ausente ou pelo padrinho. Joana mantém-se na condição de escrava do filho sem revelar sua condição de mãe para não comprometer o futuro do filho na sociedade de classes que se constitui no século XIX no Brasil. A escrava é mãe extremada que fará todos os sacrifícios para que o filho não se envergonhe dela. Ao final, derrama-se em amor, ao cometer suicídio, e assim tentar apagar todas as marcas da origem de Jorge que podem comprometê-lo na sociedade. Muitos historiadores afirmam que o suicídio era uma prática comum dos escravos e se constituía em forma de resistência à escravidão. O “objeto adquirido” se revoltava como podia, sendo sujeito, e se negava a continuar a trabalhar e a ser cativo. A emancipação ocorria pela morte.

A valor positivo da maternidade acompanha a história da humanidade, e é muito cara ao autor que dedica a peça à sua mãe D. Ana. Alencar justifica a escolha de sua protagonista ao dizer que “inalterável é o coração materno, que mais brilha quanto mais espessa é a treva” (ALENCAR, s/d, p. 1). Joana manifesta-se tal qual qualquer mãe extremosa, independente de sua cor e condição escrava. O cuidado com o filho revela a sua capacidade de amar. Alencar comprova que a escrava não era coisa, despersonalizada e tinha a possibilidade de estabelecer vínculos afetivos. A maternidade é uma instituição cara à nossa sociedade e Alencar a utiliza como forma de resistência, pois coloca em cena uma mãe escrava que é capaz de amar tal qual uma mãe branca. A sociedade escravista da época não queria enxergar essa realidade, pois se a visse, perceberia o escravo não como coisa, mas como um igual.

Se na peça analisada, o autor defende o fim da escravidão doméstica, enquanto político, nas Cartas a Erasmo (1865), endereçadas ao imperador D. Pedro II, ele irá defender a escravidão do eito como necessária à economia do país e como um estágio civilizatório para os escravos. O que parece uma barbárie à mentalidade do século XXI, era “plausível” em meados do século XIX quando não se tinha maquinário, no Brasil, para substituir o braço escravo nas fazendas e os proprietários queriam indenizações por parte do estado para alforriarem os escravos. Alencar é tomado por esse discurso escravista uma vez que está mergulhado na ideologia do cotidiano de seu tempo. Entretanto, Alencar posiciona-se também pela crítica à escravidão, como ocorria em numerosos discursos da época. A questão da escravidão e sua permanência e abolição é um dos temas frequentes na sociedade oitocentista brasileira e o escritor cearense participa desse debate público. O autor demonstra essa dualidade vocal em sua obra literária e jornalística, ora defendendo, ora repudiando a escravidão, inserindo-o em longo e acalorado debate. Como nos lembra Bakhtin e o Círculo, nenhum de nós, exceto Adão, tem a palavra original, todas as palavras que usamos não são novas, estão na corrente da comunicação cotidiana e são frutos de embates ideológicos. Alencar apostava em uma revolução pela educação para

obstaculizar a escravidão. Só a proibição legal não era suficiente. Então, faz de seu teatro uma forma de comunicação de suas ideias e de resistência. A História nos comprova que a escravidão cessou de modo legal, mas perdurou ainda o preconceito contra o negro, fruto de uma cultura escravocrata que não mudou. No jornalismo, Alencar toma uma posição economicista, aprovando a escravidão. No teatro, toma uma posição culturalista, ou seja, acredita e aposta na mudança de hábitos e ideias a fim de cessar o cativo. Trata, sobretudo, do interior das famílias e demonstra como a escravidão é ali realidade nefasta, pois a família é o pilar fundante do social. Alterando-se a família, mudam-se os costumes, hábitos e ideias. O teatro era forma de comunicação e ilustração das classes médias e altas. Vemos aí o teatro pedagógico em que o escritor aposta.

A peça *Mãe* é uma peça de viés realista. A despeito disso, Joana também lembra uma heroína romântica que sofre, não reclama do sofrimento, não se vangloria de ser mãe de um filho branco ou dos sacrifícios que fez para criá-lo. Alencar, como os demais escritores brasileiros desse período, fica a meio caminho entre o Realismo e o Romantismo, tendendo tanto para uma idealização quanto para uma crítica da realidade, sendo um escritor de seu tempo. Reforça valores e instituições caras ao Romantismo como a família, o amor, a pátria, mas também faz a crítica a essas instituições e valores. Todavia, Alencar faz críticas à escravidão uma vez que a sociedade oitocentista brasileira estava dividida entre os a favor e os contrários à escravidão, demonstrando na peça os malefícios desse estatuto. As famílias descritas na peça são médias e não burguesas, vivendo de recursos parcos. O teatro realista apresenta como característica o fato de ser um instrumento de crítica da sociedade.

Na peça *Mãe*, as personagens Joana e Elisa são apresentadas ora como dóceis e submissas, ora como agentes de seu destino. Apesar de mulheres, as escravas eram vistas, não raras vezes, apenas como instrumentos de trabalho e voltadas para a reprodução. Seus filhos podiam ser separados delas e vendidos conforme o desejo de seus proprietários. Assim, para proteger os filhos que não traziam na pele a marca da escravidão, pois eram filhos de homens livres, como o caso de Jorge na peça, muitas escravas silenciavam sobre a maternidade, como Joana o faz na peça. Comprova-se que as escravas eram agentes e desenvolviam estratégias de proteção de seus filhos. Elisa, por ser de classe média remediada também trabalha e contribui para a sobrevivência do lar e isso é bem verossímil na peça visto que só as mulheres de castas altas tinham o privilégio da ociosidade.

### 3. ALENCAR E A ESCRAVIDÃO

O tema central da peça analisada é a escravidão, que em nosso país ocorreu tanto no campo como na cidade. Os escravos representavam capital, trabalho e status para os senhores. Segundo Costa (1999, p. 351), “em razão da natureza exploradora do sistema e da ausência de vínculo salarial, o senhor era obrigado a forjar formas de compulsão: punição física e pequenas, mas sedutoras recompensas”. Observamos a prática de pequenas regalias na liberdade de movimento dada à Joana como atesta a sua fala quando diz que “nhonhô” jamais levantara a voz para ela. A literatura de Alencar atesta o fato de que o escravo não é só submissão, mas também resistência, dentro dos limites impostos pelo sistema opressivo. O negro escravizado e isolado dentro de uma casa na condição de

escravo doméstico raciocinava e sabia que poderia negociar dentro de certos limites. Se os ultrapassasse, poderia ser “exilado” para o eito onde o trabalho era mais estafante e pesado. O pelourinho como equipamento de suplício do corpo comprova a resistência negra. Somente quem resiste é punido. Se fossem exclusivamente coisa e totalmente dóceis não precisaria ser punidos em praça pública com caráter exemplar.

Alencar trata mais especificamente da escravidão doméstica e os possíveis problemas e ganhos que os escravos, ao participarem ativamente da vida das famílias, poderiam trazer para as mesmas e para eles mesmos. Entretanto, a casa é também a sociedade e o que ocorre na casa é fruto do externo a ela. Alencar, ao tratar da família, também representa o Brasil oitocentista apoiado nesta.

Para tentar entender a contradição entre a abolição e a manutenção do preconceito racial, recorreu-se a dois conceitos presentes na obra de Marx: a noção de infraestrutura e de superestrutura. Segundo Marx, as mudanças da infraestrutura (base econômica, técnica, trabalho, vida concreta) são mais rápidas que as da superestrutura (sistemas de ideias que norteiam uma sociedade, linguagem, ideologias cristalizadas):

Na produção social de sua existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um dado grau de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que lhes determina o ser; ao contrário, seu ser social determina sua consciência. Em um certo estado de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que a expressão jurídica disso, com as relações de propriedade no seio das quais se haviam movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas que eram, estas relações transformam-se em seus entraves. Abre-se então uma época de revolução social. A mudança na base econômica subverte mais ou menos lentamente, mais ou menos rapidamente toda a enorme superestrutura. Quando consideramos tais subversões, é preciso distinguir sempre a revolução material que pode ser constatada de modo cientificamente rigoroso — das condições de produção econômica e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em suma, as formas ideológicas sob as quais os homens tomam consciência deste conflito e o levam até o fim. Da mesma maneira que não se julga um indivíduo pela idéia que ele faz de si próprio não se deve julgar tal época de subversão por sua consciência de si mesma; ao contrário, é preciso explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma formação social só desaparece depois de se terem desenvolvido todas as forças produtivas que ela pode conter jamais novas e superiores relações de produção a substituem antes que as condições materiais de existência destas relações tenham eclodido no próprio seio da velha sociedade. Eis porque a humanidade não formula jamais senão problemas que pode resolver, porque, se

olharmos mais de perto, vemos sempre que o próprio problema só surge onde as condições materiais para resolvê-lo existem ou, pelo menos, estão em vias de aparecer. (MARX, 2008, p. 47)

Essa passagem é esclarecedora, porém, sabe-se que há interpretações muito economicistas do Marxismo em que se reafirma que a base econômica influencia de modo unilateral as ideias. Isso é um grande reducionismo e comprovamos isso ao vermos que, mesmo com a cessação da escravidão como regime econômico, a cultura da escravidão ainda perdura até nossos dias, ou seja, a superestrutura não se alterou como desejado ou como percebido por leitores mecanicistas do Marxismo. A base econômica muda mais rápido que a superestrutura, e é o caso de nossa peça. Não podemos apostar só na mudança econômica, alterando-se o regime capitalista ou escravista, considerando que ela traga a emancipação de uma cultura escravocrata de modo causal e mecânico. A abolição da escravatura ocorre, mas o ódio racial continua.

Joana que trabalhara arduamente para manter economicamente o filho durante mais de 20 anos, ao ter revelada sua condição de mãe, vê na morte a saída para não comprometer o filho mestiço perante a sociedade. Joana, apesar de escrava, conhece os mecanismos de funcionamento da sociedade de classes e, para proteger seu filho, ela irá negar até seu último momento a condição de mãe apesar do muito amor que tem pelo filho. A morte de Joana é simbólica e ela traz para o palco os milhões de escravos que foram sacrificados no eito e nas casas até a morte para o progresso e riqueza do país. Apesar da questão feminina estar aí imbricada, percebemos que Joana representa boa parte de todos os escravizados, independente de gênero, pois é dela que o econômico depende e é ela que é sacrificada. A riqueza nacional oitocentista foi construída majoritariamente pelo trabalho escravo e este se esvaiu no eito. Por trás dos barões, houve milhares de escravos submetidos às mais duras penas físicas e psicológicas. Joana, mesmo alforriada por Jorge sabia que a cultura racista não havia cessado. O regime econômico escravista já não a atingia, mas o preconceito enraizado na superestrutura perdurava.

#### 4. OS DESCENDENTES DE ESCRAVOS

Como dito no início, a representação social não é isenta e carrega em seu bojo preconceitos que podem impedir que os corpos se transformem e ocupem seu lugar de direito na sociedade. Ao analisar historicamente o destino dos descendentes de escravos no país, observa-se que ainda hoje estes não conquistaram um lugar de igualdade na estrutura social brasileira. A maioria ainda vive submetida a condições precárias de emprego e moradia e sem poder usufruir de direitos básicos como educação e segurança.

Aos negros escravos e às mulheres era negada a educação pública desde as legislações coloniais. Somente em 1879, foi publicado o Decreto nº 7.247, permitindo o acesso dos mesmos à educação pública. Esse decreto ficou conhecido por Reforma Leôncio de Carvalho. O conhecimento desse tipo de informação chama a atenção, pois tal como nascemos num mundo povoado por palavras, a maioria dos adultos e crianças do século XXI, nasceu num mundo onde a educação pública era acessível, ao menos para os habitantes das cidades. Mas, as restrições educacionais impostas aos negros e às mulheres contribuíram para parte da



exclusão social para estes segmentos e, a despeito da Constituição de 1988, permanecem, em parte, até os dias atuais.

As estatísticas recentes do IPEA confirmam inclusive as disparidades salariais entre homens e mulheres de acordo com a cor da pele e origem étnica. A tabela 1, referente ao ano de 1998, ilustra a desigualdade presente em nossa sociedade e mostra que homens e mulheres negros recebem menos que homens e mulheres brancos (SOARES, 2000).

**TABELA 1:** Comparação de Rendimentos Mensais Padronizados por 40 Horas de Trabalho em Setembro de 1998

Grupo Renda	Mensal em Reais	Como Porcentagem do Grupo Padrão
Homens brancos	726,89	–
Homens negros	337,13	46
Mulheres brancas	572,86	79
Mulheres negras	289,22	40

Fonte: Microdados das PNAD padronizados pelo IPEA (2000)

Apesar de não termos uma pesquisa precisa acerca da distribuição salarial na época de Alencar, nota-se que a situação não mudou muito. As mulheres negras continuam com rendimentos menores que os demais membros da sociedade e várias trabalham como empregadas domésticas e muitas sem carteira assinada. A cor da pele leva negros a perceberem salários inferiores aos percebidos por mulheres e homens brancos. O paradigma presente na obra de Alencar se mantém a despeito da abolição da escravidão em 1888. Como bem assevera Marx, a infraestrutura muda e a superestrutura também. Porém, isso não é tão direto como se pensa. Após 1888, não há mais trabalho escravo no Brasil de forma legal, mas a cultura escravocrata perdura, uma vez que a superestrutura não se altera facilmente visto estar arraigada na cultura, na linguagem, nos valores cotidianos. Nesse passo, como ressaltamos, não podemos crer somente em interpretações economicistas que apostam só na alteração econômica ou legal e estas como as únicas saídas para a cessação de uma sociedade escravocrata. O discurso de Alencar, refletindo o real, ou seja, a infraestrutura, em que perdura o trabalho escravo, percebe o ser humano escravizado como agente do processo, emitindo ideias abolicionistas e agindo de modo a resistir ao sistema. A superestrutura desautoriza a infraestrutura. Entretanto, o regime escravista cessa e a cultura escravocrata perdura, demonstrando as tensões ente vida material e imaterial. Joana é sujeito de sonhos, sentimentos, ações planejadas, raciocínio e, mesmo que submetida ao regime de escravidão, provanos que é agente e não paciente da história.

### ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os tempos vividos por Alencar são turbulentos e este se vê cindido. Por um lado, percebe os inconvenientes da escravidão doméstica dentro das famílias de estratos medianos que estão se constituindo no país e, por outro, advoga pela permanência do braço escravo para a manutenção da base econômica no campo, nas grandes plantagens. O embate de forças perdurará até 1888, quando se decretará o fim da escravidão no país, mas não seus efeitos. Mesmo sendo livres,

os ex-escravos continuaram a sentir na pele o fardo de ter sido escravo ou descendente de escravo. A fala de Joana é emblemática e justifica o temor que seu filho Jorge fosse excluído do mundo dos brancos: “pois meu filho havia de ser escravo como eu?” (ALENCAR, s/d, p. 34). Alencar, ao dar voz à personagem, intui o destino dos escravos ao serem libertos.

Joana morre para que seu filho, que tem os pés nos dois mundos, o cativo e o livre, viva. Representa milhares de escravas mães e amas de leite, invisibilizadas pela sociedade escravocrata. Como vimos ao longo desta exposição, a representação social apresenta as características de cada época. Passados mais de cem anos do término da escravidão, suas marcas ainda se fazem presentes na vida daqueles que trazem na cor a marca de sua origem e seu próprio exílio na pele.

A representação social não é isenta e, no caso dos escravos e seus descendentes, carrega em seu bojo preconceitos que podem impedir que os corpos se transformem e ocupem seu lugar de direito na sociedade. Os negros feitos escravos e mantidos como tal durante mais de 300 anos no país não sumiram de cena com a abolição; eles saíram das casas e senzalas para a periferia das cidades. O suicídio de Joana representa, sem dúvida alguma, a exaustão do corpo físico no trabalho escravo da grande maioria dos escravos brasileiros. Por trás dos barões do café e do açúcar, quantas mortes de escravos e escravas houve!

Pesquisas econômicas, como a do IPEA, mostram que a lógica da escravidão que os manteve escravos por mais de 300 anos foi mantida; o negro ainda não foi inserido plenamente na sociedade. À maioria dos negros restaram as posições subalternas, em geral no setor de subsistência, cuja remuneração é menor possível, nas quais pouco se respeitam os direitos trabalhistas e prevalece a precariedade de proteção previdenciária. Entretanto, a desigualdade não atinge apenas a cor da pele, pois mesmo entre os negros ainda se observam desigualdades quanto ao gênero: as mulheres recebem ainda menos. As leituras referidas, ao longo deste artigo, mostram que permanecem as caracterizações presente na peça analisada em relação ao escravo e que mesmo depois de “livres” legalmente, as condições atuais de nossa sociedade mantêm os descendentes de escravos no cárcere da exclusão social. Todavia, a literatura difere de certo discurso histórico que destaca a despersonalização total do escravo. Esquecem esses historiadores, já referidos, que o africano foi escravizado, mas não perdeu suas raízes, sua cultura, sua voz social e, mesmo depois de estar há anos no Brasil, não se tornou coisa, res, pois continuou a manter a condição de ser humano, provido de todas as capacidades mentais e racionais inerente à condição humana, independente de cor, etnia, cultura. Alencar dota de fala, voz, protagonismo, sentimentos e virtudes os personagens negros escravizados. O africano escravizado e não o escravo-coisa sobe ao palco e profere sua voz, mostra sua lida diária. Eis um teatro de resistência que deve ser levado ao palco e para as salas de aula e para os cursos de Licenciatura, demonstrando a saga da gente escravizada no país e suas formas de agência em um ambiente hostil.

## ***Mother*, by José de Alencar: one possibility of reading on the work of humans slaved in the nineteenth century**

### **ABSTRACT**

This study aims to analyze how the slave character in the drama *Mother* (1860) by José de Alencar is represented. This paper also brings some possible implications of this representation of the female to the descendants of black people after the end of slavery in the country. The analysis is based on a sociological perspective and by Dialogical Discourse Analysis, throughout Bakhtin and the Circle, seeking to understand the interactions between social context and the construction of protagonists. As a result, it was observed that black people do not disappear from the scene with the abolition; they were pushed away towards the periphery of cities and social representation is not unbiased. Sometimes that carries inside prejudices that might prevent the bodies from (trans-) forming and taking their rightful place in society.

**KEYWORDS:** Literature. Slavery. Dialogical discourse analysis. José de Alencar.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. **Mãe** (1860). Biblioteca Virtual de Literatura: [s.d.]. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bi000161.pdf>. Acesso em: 20 out. 2014.

ASSIS, Machado de. **Papeis avulsos** (1882). Biblioteca Virtual de Literatura: [s.d.]. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000230.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2017.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. São Paulo: UNESP/Hucitec, 1990.

BAKHTIN, M. (VOLOSHINOV, V.). **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1986.

BROOKSHAW, David. **Raça e cor na literatura brasileira**. Porto Alegre. Mercado Aberto, 1983.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à República**. São Paulo: UNESP, 1999.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. **O perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras**. IPEA, 2000. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0769.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0769.pdf). Acesso em: 13 mai. 2017.

**Recebido:** 26 mar. 2018

**Aprovado:** 09 mai. 2018

**DOI:** 10.3895/rl.v20n29.8087

**Como citar:** FANINI, Angela Maria Rubel; VENTURA, Maria Domingos Pereira. Mãe, de José de Alencar: uma possível leitura sobre o trabalho de seres humanos escravizados no século XIX. *R. Letras*, Curitiba, v. 20, n. 29 p. 31-43, jan./jun. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rl>>. Acesso em: XXX.

**Direito autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

